



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

## OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

**INFORME BRASIL Nº04/2024**

Período: 22/02/25 a 28/02/2025

**GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ**

- 1- Jornais destacam o andamento das investigações sobre o golpe fracassado e suas consequências para as Forças Armadas
- 2- Supremo Tribunal Federal liberou gravações da delação do tenente-coronel Mauro Cid
- 3- Militares discutem os cenários de prisão em caso de condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro
- 4- Evidências da trama golpista reforçam a denúncia contra Bolsonaro e diminuem espaço para divergência
- 5- Ministros do Supremo Tribunal Federal avaliam investigações sobre o 8 de janeiro e as tramas golpistas
- 6- Especialistas avaliam qualidade da denúncia da Procuradoria-Geral da República contra Bolsonaro e outros 33 acusados, entre eles militares
- 7- Justiça define que Exército aplique cotas para processos seletivos em colégios militares
- 8- José Sarney concedeu entrevista em comemoração aos 40 anos de democracia e relembrou questões sobre os militares
- 9- Em evento no Rio de Janeiro, Aloizio Mercadante reforça que as Forças Armadas precisam proteger a democracia
- 10- O filme "Ainda Estou Aqui" aumenta a movimentação em favor das vítimas da ditadura
- 11- Editorial expõe preocupação com a diminuição dos gastos em defesa do Brasil

### 1- Jornais destacam o andamento das investigações sobre o golpe fracassado e suas consequências para as Forças Armadas

Conforme coluna opinativa do jornalista Alvaro Costa e Silva para a *Folha de S. Paulo*, as investigações da Polícia Federal (PF) sobre o golpe fracassado de 2022 resultaram na elaboração de um relatório de 884 páginas, respaldado em documentos, anotações de acusados, depoimentos, cruzamento de informações, além de dados coletados em celulares e computadores. A partir disso, a Procuradoria Geral da República (PGR) validou essas investigações e organizou um relatório de 272 páginas, contendo todas as informações sobre o início, meio e fim do golpe, além de indicar a aprovação do Plano Punhal Verde e Amarelo, produzido no Palácio do Planalto, pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022). Segundo o jornalista, o documento da PGR apresenta denúncias

ao Supremo Tribunal Federal contra Bolsonaro, o ex-comandante da Marinha, Almir Garnier, e do Exército, Paulo Sérgio Nogueira, além dos generais Walter Braga Netto, Estevam Theophilo e Augusto Heleno, pelos crimes cometidos: organização criminosa, abolição violenta do Estado democrático de Direito e tentativa de golpe de Estado após a derrota eleitoral. Em análise para *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Francisco Leali destacou que o relatório da PGR arrasta a imagem das Forças Armadas para um processo criminal, pois entre os 34 denunciados, aproximadamente 70% correspondem a membros do Exército: sete generais, parte dos quais mantinham altos cargos durante o governo de Bolsonaro, treze tenente-coronéis e coronéis, um major, um capitão e um subtenente, ou seja, 23 nomes. O jornalista ressaltou que todos os denunciados atuaram para incentivar o rompimento da ordem democrática na tentativa de impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva e apoiaram a ideia do Exército determinar quem governa ou não o país. Entretanto, também houve líderes do Alto Comando Militar que não aderiram a essa ideia. A partir dessa situação, evidencia-se uma deterioração na credibilidade das Forças Armadas. Antes, obtinham boa aprovação em pesquisas de opinião e, agora, os níveis de confiança nos militares estão em queda. Segundo a *Folha*, três generais informaram que nomes de destaque no Exército estão dispostos a atuar em prol do general da reserva Estevam Theophilo, que teve seu nome incluído na denúncia da PGR. Os defensores de Theophilo justificam que não há provas concretas contra ele. Ademais, a *Folha* noticiou que o tenente-coronel Mauro Cid e outros militares negaram o teor da reunião de 28/11/2022 denunciada pela PGR como o cerne do planejamento do golpe de Estado entre chefes militares. Os acusados, entre eles Mauro Cid, afirmaram que o teor da reunião era de “bate-papo de bar”, e que a conversa era apenas uma confraternização mensal. A *Folha* também afirmou que o procurador-geral da República, Paulo Gonet, apontou dois pontos principais que levaram à conclusão de que a reunião visava conspirar contra a democracia: primeiro, um documento que circulou no WhatsApp dos oficiais chamado “carta dos oficiais da ativa ao Comando do Exército” e, segundo, mensagens compartilhadas durante o encontro que elencava as principais ideias para o golpe. (Folha de S. Paulo – Opinião – 22/02/25; Folha de S. Paulo - Política - 24/02/25; Folha de S. Paulo - Política - 25/02/25; O Estado de S. Paulo – Política – 22/02/25)

## 2- Supremo Tribunal Federal liberou gravações da delação do tenente-coronel Mauro Cid

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, as gravações das delações do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (2019-2022), foram publicizadas no dia 20/02/2025, por decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. No depoimento de Cid em 21/11/2024, ele delatou o grupo do Punhal Verde e Amarelo por ter solicitado a localização de Alexandre de Moraes, à época, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 16/12/2022, um dia após o plano ser cancelado. O esquema Punhal Verde e Amarelo consistia em assassinar Alexandre de Moraes, além do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o vice-presidente Geraldo Alckmin. Entretanto, o projeto foi interrompido em 15/12/2022 por razões ainda não definidas pelas investigações. Durante a delação, Cid afirmou desconhecer os motivos e os detalhes do monitoramento e, após ser questionado por Moraes,

disse que o grupo não queria seu envolvimento. Devido a esse pedido, o tenente-coronel contatou Marcelo Câmara, ex-assessor de Jair Bolsonaro, que por sua vez, tinha o contato de um juiz do TSE. Esse juiz, apontado por Cid como encarregado de passar informações de Moraes, era Sandro Nunes Vieira e, atualmente, está afastado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Além disso, o militar confessou que um segundo pedido de monitoramento de Moraes foi feito a ele, dessa vez por Jair Bolsonaro. A razão era saber se existiam encontros entre ele e Hamilton Mourão. Ao longo da audiência, Moraes pressionou Cid para dizer a verdade, e ressaltou que em caso de não colaboração, o tenente-coronel poderia ser preso, a delação encerrada e as investigações contra seus familiares mantidas. Em alguns pontos, Cid mudou sua versão, como a reunião na casa do general Walter Braga Netto e sua saída antecipada. No final, foi mantida a delação e o pedido de prisão, retirado. (Folha de S. Paulo – Política – 22/02/25)

### 3- Militares discutem os cenários de prisão em caso de condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, generais do Exército discutem a possibilidade do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, por ser capitão reformado, cumprir a ordem de prisão em uma cela militar. O tema foi suscitado porque Bolsonaro foi denunciado em relatório da Procuradoria-Geral da República (PGR) por liderar um golpe de Estado após sua derrota nas eleições, produzir e editar decretos golpistas, tentar angariar apoio das Forças Armadas para as conspirações em dezembro de 2022, além de concordar com o plano Punhal Verde e Amarelo, ou seja, o plano de assassinato contra Alexandre de Moraes, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o vice-presidente Geraldo Alckmin. As denúncias contra o ex-presidente se fundamentaram na delação do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, Mauro Cid, e também na coleta de provas durante as investigações da Polícia Federal. Segundo o jornal, Jair Bolsonaro negou ser responsável pela tentativa de golpe e afirmou desconhecer o plano de assassinato. Em meio ao contexto de prisão em unidade militar, o general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, comandante do Exército, acredita que Bolsonaro ficará detido em condições pouco desfavoráveis. Uma das possibilidades de detenção é no Comando Militar do Planalto, em Brasília. Porém, os generais ouvidos pela *Folha* afirmaram se tratar de um assunto ainda a ser debatido, uma vez que Bolsonaro não foi sentenciado. Outros quatro militares consultados pelo jornal acreditam que, em caso de condenação, Bolsonaro deveria se alojar em uma prisão especial, conhecida como sala de Estado-Maior, local designado para a detenção de ex-presidentes. Apesar do Código Penal Militar não citar ex-presidentes, a legislação se aplica a eles pois são considerados comandantes em chefes das Forças Armadas durante seus governos. Dois desses militares acreditam que a solução é prendê-lo em uma das sedes da Polícia Federal. Segundo oficiais-generais, o quartel como um local de prisão seria inviabilizado em razão da perspectiva de que Bolsonaro possa ter contato com outros militares, podendo resultar em desordem. Por fim, a *Folha* ressaltou que o caso de Jair Bolsonaro é diferente dos outros militares denunciados, visto que para eles, a prisão seguirá aos moldes da detenção de Braga Netto e poderão ser cassados e perder seus benefícios. (Folha de S. Paulo – Política – 22/02/25)

#### 4- Evidências da trama golpista reforçam a denúncia contra Bolsonaro e diminuem espaço para divergência

De acordo com reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, a denúncia realizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) no dia 18/02/2025, tem dois pontos que fortalecem o conjunto de evidências. O primeiro deles é a "minuta do golpe", documento preparado para evitar a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e encontrado na residência do ex-ministro da Justiça, Anderson Torres, além de outros documentos que estavam em uma sala do Partido Liberal (PL), onde Jair Bolsonaro costumava usar, e no dispositivo eletrônico do tenente-coronel Mauro Cid, delator da trama golpista. Além disso, havia uma "minuta do pós-golpe", que foi encontrada no computador do general Mário Fernandes da Secretaria-Geral da Presidência e que continha um plano para a criação de um gabinete de crise para conduzir o país. Na avaliação do jornal, a delação de Mauro Cid e os depoimentos dos ex-comandantes do Exército, Marco Antonio Freire Gomes, e da Aeronáutica, Carlos de Almeida Baptista Júnior, mostram que o documento foi utilizado para buscar a aprovação dos chefes das Forças Armadas em duas ocasiões, em 07/12/2022, em uma reunião com Bolsonaro, e em 14/12/2022, em reunião com o general da reserva Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, então ministro da Defesa. O segundo ponto é o conjunto de ações de Jair Bolsonaro (2019-2022) e seus aliados em relação às urnas eletrônicas, em que atacavam sua eficiência sem provas. A denúncia da PGR citou diversos momentos em que o ex-presidente duvidou do sistema e insinuou que não aceitaria uma derrota. Além disso, segundo a delação de Mauro Cid, Bolsonaro e seus aliados esperavam que as Forças Armadas apontassem para uma fraude no processo eleitoral para justificar as movimentações para um golpe; porém, os militares não encontraram provas que comprovassem a fraude. Por outro lado, segundo a *Folha*, há outros pontos na denúncia que abrem espaço para controvérsias, como a afirmação de que Bolsonaro concordou sobre o plano de assassinato das autoridades, pois na avaliação do jornal não há elementos o bastante para afirmar isso. Além disso, diferente da Polícia Federal que não indiciou Jair Bolsonaro pelos ocorridos do ataque de 8 de janeiro, a PGR incluiu os ataques em sua denúncia. Em coluna opinativa para a *Folha*, o cientista político Celso Rocha de Barros comentou sobre a denúncia da PGR contra o ex-presidente Bolsonaro e avaliou que os depoimentos dos ex-comandantes do Exército e da Aeronáutica confirmam que eles receberam a proposta do golpe. Além disso, informações encontradas nos celulares de Mauro Cid e Walter Braga Netto comprovam que eles conspiravam, em nome de Bolsonaro, para fazer os militares participarem do golpe. Mesmo com a auditoria dos militares, Bolsonaro e seus cúmplices continuaram a atacar as urnas eletrônicas e propagarem a ideia de fraude. O colunista reforçou que o ex-presidente sempre deixou claro suas intenções de aplicar um golpe através de suas atitudes e que conta com a anistia do Congresso Nacional para se safar. Em reportagem, *O Estado de S. Paulo* noticiou que os áudios extraídos de dispositivos eletrônicos apreendidos pela Polícia Federal (PF) mostram possível conluio de militares na trama para abolir o Estado democrático em 2022. No material, o general Mario Fernandes pede ao ajudante de ordens de Bolsonaro, Mauro Cid, para o então presidente "segurar a PF", além de afirmar que estava agindo junto às Forças Armadas. Em coluna opinativa para o *Estado*, a jornalista Eliane Cantanhêde analisou a atuação de Alexandre de Moraes, presidente do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da tentativa de golpe, em que Moraes passa como "vítima, relator,

investigador e julgador simultaneamente”. Além disso, explorou as diferentes narrativas utilizadas pelos defensores do ex-presidente Bolsonaro, enfatizando a busca por anistia aos condenados do 8 de janeiro. Cantanhêde finalizou afirmando que a narrativa bolsonarista é de perseguição política e abuso de poder, enquanto o Supremo Tribunal Federal busca seguir rigorosamente o processo legal. Por fim, o periódico *Correio Braziliense* noticiou que a defesa do ex-presidente Bolsonaro no caso do julgamento do golpe de Estado irá requisitar a anulação da delação de Mauro Cid, que embasa boa parte da denúncia da PGR. (*Correio Braziliense* - Política - 25/02/25; *Folha de S. Paulo* - Colunas e blogs - 23/02/25; *Folha de S. Paulo* - Política - 23/02/25; *O Estado de S. Paulo* - Política - 24/02/25; *O Estado de S. Paulo* - Opinião - 25/02/25)

#### 5- Ministros do Supremo Tribunal Federal avaliam investigações sobre o 8 de janeiro e as tramas golpistas

Em entrevista para o periódico o *Estado de S. Paulo*, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, afirmou que o relatório da Polícia Federal que foi utilizado para a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) mostra uma proximidade para execução e coordenação intensa de Jair Bolsonaro para a tentativa de golpe de Estado. Além disso, o ministro criticou a postura do Exército em relação aos acampamentos ocorridos em frente aos quartéis antes do evento de 8 de janeiro de 2023 e que as Forças Armadas têm grande responsabilidade, pois toleraram a permanência dos acampamentos mesmo sendo de conhecimento que não deveriam ser permitidas as manifestações em frente aos quartéis. Ao relembrar os fatos ocorridos antes do episódio de 8 de janeiro, o ministro reforçou que movimentações como os acampamentos em frente aos quartéis, o caminhão-tanque que carregava bombas e as manifestações em 12/12/2022 estão conectadas com o 8 de janeiro e, portanto, devem ser consideradas em conjunto para compor um contexto mais amplo da situação. Mendes ainda destacou que não vê possibilidade de o projeto de anistia seguir em frente, uma vez que os crimes cometidos foram contra o estado de direito e que não deveriam ser abrangidos pela anistia. Já o jornal *Folha de S. Paulo* reportou que o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, afirmou que a corte entende que não punir de forma adequada os crimes do 8 de janeiro serve como um incentivo para que tentativas de golpe se repitam. Barroso falou durante o painel "Segurança Jurídica no Brasil", no evento CEO Conference Brasil 2025, do banco de investimentos BTG Pactual que ocorreu em São Paulo, e também acrescentou que é preciso “encerrar o ciclo da história brasileira em que a quebra da legalidade constitucional fazia parte da rotina como sempre foi.”. Ainda sobre esse tema, Barroso disse que o julgamento do 8 de janeiro não deve ser pautado pelo que publica a imprensa ou por opiniões políticas, mas pelas provas reunidas no processo. O ministro abriu sua fala no evento dizendo que "não tem preferências políticas, mas que é um agente institucional". Em outro momento, disse que, integrante de uma geração que viveu a ditadura militar (1964-1985), tem grande apreço pela preservação da democracia. Barroso também comentou a denúncia da PGR contra Jair Bolsonaro e aliados por envolvimento na tentativa de golpe, lembrando que o julgamento não pode ser ignorado. Novamente, defendeu que o processo seja julgado com base nas provas, e não influenciado pela mídia ou opiniões políticas. Sobre a investigação de Bolsonaro, Barroso explicou que, por enquanto, a

denúncia será analisada pela Primeira Turma do STF. (Folha de S. Paulo - Política - 27/02/25; O Estado de S. Paulo - Política - 23/02/25)

#### 6- Especialistas avaliam qualidade da denúncia da Procuradoria-Geral da República contra Bolsonaro e outros 33 acusados, entre eles militares

Em entrevista para o jornal *Correio Braziliense*, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Ubiratan Cazetta, elogiou a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ex-presidente da República Jair Bolsonaro e 33 aliados, acusados de arquitetar um golpe de Estado. Ele destacou a qualidade do material por se deter à descrição, evitando julgamentos políticos. Segundo ele, o futuro de Bolsonaro ainda não está decidido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e a defesa será feita por bons advogados, sem ser influenciada por manifestações populares de bolsonaristas. Ao ser questionado, Cazetta explicou que a acusação não se baseia em um único ato isolado, mas em um conjunto de ações que, somadas, demonstram a tentativa de subverter o Estado Democrático de Direito e que embora a delação do tenente-coronel Mauro Cid, ajudante de ordens de Bolsonaro, seja importante, é apenas uma parte do caso, sendo corroborada por outras provas. Com relação à defesa de Bolsonaro, Cazetta explica que o fato de a trama golpista não ter sido executada até o fim não impede a acusação, pois o crime já estava em fase de execução a partir dos atos de seu planejamento. O presidente da ANPR ainda criticou a postura do ex-procurador Deltan Dallagnol, que tem se mostrado crítico ao atual governo defendendo assiduamente o bolsonarismo. Em reportagem, o periódico *Folha de S. Paulo* noticiou que a PGR dividiu a denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e 33 pessoas acusadas de trama golpista em cinco peças separadas de conteúdo idêntico, exceto apenas pela listagem dos acusados. Especialistas em direito penal apontam que um julgamento conjunto seria o ideal para evitar conflitos entre os julgamentos e alertam que a tramitação separada pode prejudicar o processo das defesas dos denunciados, pois provas e depoimentos de uma ação podem impactar os casos em outras ações, gerando contradições nas decisões finais. A *Folha* questionou a Procuradoria sobre o motivo da separação, ao qual o órgão respondeu que essa estratégia é entendida apenas como uma escolha processual. A reportagem também consultou especialistas, como a advogada e professora de direito penal da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Raquel Scalcon, que apontou que o fatiamento pode acontecer pela necessidade de adicionar um novo acusado depois ou ao surgir mais informações no caso; porém, destacou que é incomum a separação para denúncias feitas num mesmo momento. Scalcon afirmou que a tramitação separada pode dificultar a ampla defesa, uma vez que pode haver prejuízo na delimitação do que cada acusado fez, pois as defesas de réus podem ser afetadas pelas informações de outros processos. Para alguns advogados, a separação pode gerar contradições entre provas e testemunhas, prejudicando a imparcialidade do julgamento, para outros porém, existe o argumento que a divisão pode acelerar o processo, especialmente com tantos réus envolvidos. (*Correio Braziliense* - Direito e Justiça - 27/02/25; *Folha de S. Paulo* - Política - 27/02/25)

#### 7- Justiça define que Exército aplique cotas para processos seletivos em colégios militares

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a Justiça Federal definiu a adoção de cotas pelo Exército em processos seletivos para escolas militares. A partir da decisão, as vagas dos colégios serão destinadas da seguinte forma: 40% para ampla concorrência, 5% para pessoas com deficiência, 5% para quilombolas e 50% para egressos de escolas públicas, sendo que neste último percentual também incidem cotas para indígenas, pardos e pretos. Segundo a *Folha*, a decisão ocorreu em meio a uma ação do Ministério Público de São Paulo contra o Exército, o qual justificou que a legislação não previa o sistema de cotas em suas entidades, mas a resolução ainda pode ser revista. A lei estabelece que colégios de ensino técnico e superior, sustentados pela União, devem manter reservas de vagas. Entretanto, não explicita as unidades militares, cujo financiamento advém de recursos públicos. Para a procuradora da República Ana Letícia Absy, as escolas militares, apesar de ofertarem educação diferente da referida pela lei, são financiadas pela União e, portanto, devem obedecer a legislação federal. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 22/02/25)

#### 8- José Sarney concedeu entrevista em comemoração aos 40 anos de democracia e relembrou questões sobre os militares

Em entrevista para o periódico *Correio Braziliense*, o ex-presidente José Sarney (1985-1990) concedeu uma entrevista para comemorar os 40 anos de sua posse como presidente da República, que foi um episódio marcante da história brasileira, quando assumiu a presidência com a volta da democracia após o fim da ditadura militar (1964-1985). Na entrevista, José Sarney enfatizou a importância de se comemorar os 40 anos de democracia, com as instituições seguindo firmes e pontuou que, por conta disso, acredita que os presidentes não sofrerão com tentativas de golpe permanentes. Além disso, relembrou como foi sua relação com os militares em seu mandato, como por exemplo, a questão da anistia, em que as Forças Armadas pediam para que fosse aplicada para os dois lados, enquanto a oposição acreditava que apenas o lado civil deveria ser anistiado. Segundo Sarney, em seu início de governo, cerca de 70% dos militares tinham certa ressalva em relação a ele e, portanto, ele estabeleceu duas diretrizes para as Forças Armadas: a primeira era demonstrar que haveria um zelo à instituição e a segunda era que a transição do governo ocorria em conjunto para que assim as Forças Armadas colaborassem com a transição democrática, o que, em sua avaliação, de fato ocorreu. O ex-presidente explicou que, juntamente com Leônidas Pires, ministro do Exército, direcionou funções para as Forças Armadas para que não ficassem ociosas e voltassem a se intrometer na política. Ainda reforçou que essa medida funcionou de tal forma que os últimos episódios mostraram a presença das Forças Armadas impedindo qualquer mudança no regime, se referindo aos fatos de 2022. Ainda lamentou o episódio de 8 de janeiro, categorizando como uma "baderna". (Correio Braziliense - Política - 23/02/25)

9- Em evento no Rio de Janeiro, Aloizio Mercadante reforça que as Forças Armadas precisam proteger a democracia

A jornalista Danielle Brant, em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, apurou a participação do presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, no evento com o Ministério da Defesa no dia 21/02/2025. O evento tinha como principal objetivo a assinatura de um acordo para restaurar o Monumento aos Pracinhas, no Rio de Janeiro, e teve a participação das Forças Armadas. Neste evento, Aloizio Mercadante reforçou em seu discurso o compromisso com a democracia e o quanto as Forças Armadas devem "mais do que nunca" proteger o país conforme os valores democráticos. A fala do presidente do BNDES aconteceu após a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) da trama golpista do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), na qual integrantes das Forças Armadas foram denunciados pela participação na tentativa de golpe. (Folha de S. Paulo - Política - 23/02/25)

10- O filme "Ainda Estou Aqui" aumenta a movimentação em favor das vítimas da ditadura

Em entrevista ao periódico *Folha de S. Paulo*, a procuradora Eugênia Gonzaga comemorou o impacto do filme em iniciativas do Supremo Tribunal Federal (STF) e a reabertura de casos de vítimas da ditadura militar (1964-1985). Com o retorno da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), Eugênia exerce o cargo de presidente do colegiado, mesmo cargo que já ocupou de 2014 a 2019. A procuradora afirmou que o sucesso do filme "Ainda Estou Aqui", que conta a história da família do ex-deputado Rubens Paiva, assassinado na ditadura, e sua esposa, Eunice Paiva, ajudou a "alavancar o trabalho da comissão", fazendo com que as pessoas entendam com mais facilidade as questões realizadas pela CEMDP, como a retificação de certidões de óbito. Um dos efeitos mais notáveis é que em dezembro de 2024, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou uma resolução que determinava o registro da causa mortis nos atestados de óbito das vítimas da ditadura como "morte não natural, violenta, causada pelo Estado brasileiro". Além disso, casos como o do ex-presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) e do educador Anísio Teixeira, registrados como acidentes, foram reabertos para análise. Eugênia afirmou que mais parlamentares se interessaram em designar emendas para a CEMDP e celebrou as iniciativas do STF, como o andamento de casos que há muito tempo estavam paralisados para punir crimes da ditadura, mesmo com a Lei de Anistia. Eugênia considerou uma grande sorte o sucesso do filme ter vindo um mês após a reinstalação da comissão em 2024, que além de trazer uma grande recepção, ainda ajudou no trabalho exercido pela CEMDP. (Folha de S. Paulo - Política - 23/02/25)

11- Editorial expõe preocupação com a diminuição dos gastos em defesa do Brasil

O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou editorial acerca dos gastos em defesa no Brasil, citando um estudo do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos que afirma que o país está na contramão da tendência mundial de aumento nos gastos militares. Segundo o editorial, enquanto a Organização do Tratado do



Atlântico Norte (Otan) indica um gasto mínimo com defesa de 2% do produto interno bruto (PIB), os gastos do Brasil caíram de 1,8% para 1,1% nos últimos 30 anos. O jornal elencou a ausência de grandes conflitos no Brasil e a distância das zonas de choque militar como principais motivos para essa diminuição, mas afirmou que o país deveria estar se preparando para riscos reais à soberania nacional, como a possível ocupação estrangeira da Amazônia. Por fim, o editorial avaliou que o Brasil precisa repensar sua estratégia de defesa, antes que seja reduzido à impotência neste âmbito. (O Estado de S. Paulo - Opinião - 25/02/25)

## **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## **Equipe**

### **Coordenação**

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

### **Supervisão**

Isabelle Costa

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

### **Equipe redação**

Brenda Rodrigues de Carvalho

Camila Mika Ozassa Sawada

Duany Ferreira

Iaritsa Jade Lima Freitas

Isadora Helena Caleguer Figueiredo

Julia Helena Esmeraldo

Letícia Pereira de Lima

Lucas Biagini Muniz e Borges

Maria Luiza de Barros Costacurta

Maria Luiza Garcia Rabelo  
Mariana Amaro Gonçalves Silva  
Mariana Sala